

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES: AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE!

Virgínio Sá

Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia
virsa@iep.uminho.pt

Resumo

Como observam Silva e Stoer (2005), na escola pública portuguesa, e particularmente no ensino secundário, os alunos, aparentemente, beneficiam de uma “dupla representação”. Por um lado, são representados pelas suas associações, por outro lado, é também para defender “os interesses morais, culturais e físicos dos estudantes”¹ (CONFAP) que se abre espaço à intervenção das associações de pais na escola. Contudo, faltam estudos que se debrucem sobre o modo como se articulam e convivem estas duas estruturas associativas cujas agendas são, aparentemente, convergentes. Por isso, neste texto, mobilizando alguns dados empíricos, pretendemos contribuir para abrir o debate em torno das (des)articulações entre as associações de pais e as associações de estudantes, conferindo certo destaque às representações mútuas e à indagação sobre eventuais agendas concertadas para a intervenção na escola.

Os “fragmentos discursivos” de que partimos, e cuja natureza muito parcelar desde já reconhecemos, apontam para duas (quase) estruturas, organizadas em torno de “mundos à parte”, acusando um desconhecimento recíproco (por vezes retórico), entrecortado por recriminações mútuas, pontualmente amenizadas por algumas realizações conjuntas, embora tuteladas por uma das partes. No sentido de contribuir para a dilucidação das desconexões e coexistência tensa entre as associações de estudantes e as associações de pais, avançamos com algumas “leituras” de inspiração sociológica e organizacional. No primeiro caso, mobilizando a distinção entre os processos de *familialização*, *institucionalização* e *individualização* (Edwards e Alldred, 2000), admitimos a hipótese de as associações de pais e as associações de estudantes estarem filiadas em “lógicas em tensão” e, portanto, sujeitas a uma convivência problemática. No segundo caso, admitimos que natureza “dissipativa” das

¹ Como se explicita nos Estatutos da Confederação das Associações de Pais (CONFAP), um dos seus objectivos é “Defender os interesses morais, culturais e físicos dos estudantes” (alínea c) do artigo 6º).



estruturas em apreço, aliada à singularidade da sua inscrição no contexto de uma organização mais ampla, além de dificultar a sua intraconexão, parece também militar no sentido de tornar incerta a sua articulação lateral.

Palavras-chave: Associações de pais; Associações de estudantes; Escola; Cooperação.

Abstract

As noted by Silva and Stoer (2005), in Portuguese public schools, and particularly in secondary education, students, apparently, benefit of a “double representation”. On the one hand, they are represented by their associations, on the other hand, parents’ associations also have a role in defending “students’ moral, cultural and physical interests” (CONFAP). However, little is known about the ways of integrating and enhancing the co-operation of these two associative structures whose goals are, apparently, convergent. Therefore, in this paper, mobilizing some empirical data, our aim is to contribute to open the debate about the lack of articulation between parents’ associations and students’ associations, giving the prominence to the mutual images and hypothetical harmonized agendas for school intervention.

The “discursive fragments” from which we start, and whose parcelled nature we acknowledge, point out to two (*quasi*) structures, organized around “worlds apart”, showing a mutual ignorance (sometimes rhetoric), intersected by mutual recriminations, occasionally softened by some joined accomplishments, although tutored by one side. Trying to contribute to the clarification of the disconnexions and tense coexistence between parents’ associations and students’ associations, we suggest some sociologically and organizationally inspired “understandings”. In the first case, mobilizing the difference between the *familialization*, *institutionalization* and *individualization* processes (Edwards e Alldred, 2000), an hypothesis may be highlighted that parents’ associations and students’ associations are anchored on “logics in tension” and, therefore, subject to a problematic coexistence. In the second case, the “dissipative” nature of the structures under analysis is also stressed, associated with the singularity of its inscription in the context of a wider organization. These two aspects make it difficult the intra-connexion between them, and seem also to militate in order to make uncertain their lateral articulation.

Key Words: Parent associations; Student associations; School; Cooperation.



Introdução

No âmbito de um estudo em que procurámos interrogar o(s) sentido(s) da (não) participação dos pais na escola pública portuguesa (Sá, 2004), um dos aspectos que suscitou a nossa atenção foi a (des)articulação entre a associação de pais e a associação de estudantes de cada uma das três escolas em que decorreu o trabalho empírico. Essas escolas tinham em comum o facto de terem associação de pais e associação de estudantes constituídas e distinguiram-se, entre muitos outros aspectos, por integrarem distintos níveis de ensino. Uma das escolas, aqui designada *Escola do Baixo Cávado (EBC)*, é secundária, a outra, aqui designada *Escola da Foz do Lima (EFL)*, é uma escola básica 2+3, sede de um agrupamento vertical e, finalmente, uma escola básica integrada (EBI), aqui designada *Escola do Vale do Neiva (EVN)*.²

As Relações entre as Associações de Pais e as Associações de Estudantes: Os Mundos à Parte

Na bateria de razões susceptíveis de serem mobilizadas para justificar a participação dos pais na escola, seja a título individual, seja enquanto movimento organizado, a defesa dos interesses dos alunos constitui seguramente o *leitmotiv* que mais genuinamente legitima aquela intervenção. Paralelamente, na agenda do movimento associativo dos estudantes, a defesa dos interesses dos seus associados constitui também a razão primeira para a sua constituição e intervenção na escola. Dada a aparente coincidência de objectivos entre as duas estruturas associativas referidas (defesa dos interesses dos alunos), seria expectável que aquelas se articulassem e se apoiassem mutuamente para uma intervenção conjunta na promoção de interesses comuns. Contudo, nos três contextos em que recolhemos alguns testemunhos de dirigentes do movimento associativo de pais e de dirigentes das associações de estudantes, fomos de algum modo surpreendidos por um estranho ignorar mútuo que, particularmente no caso dos pais, assumiu mesmo uma certa ostensividade.

Nas entrevistas que realizámos aos referidos dirigentes procurámos saber, por exemplo, se existia, nos contextos educativos em que desenvolviam a sua acção, alguma estratégia coordenada para a intervenção na escola entre a associação de pais e a associação de estudantes, ou se, pelo menos, havia alguma informação recíproca sobre as agendas respectivas.

² Para uma caracterização de cada um dos três contextos, ver Sá, 2004, pp. 387-398.



As respostas que registámos nas entrevistas aos representantes do movimento associativo de pais reflectem, para cada uma das três escolas, graus variáveis de desarticulação entre a respectiva associação e o movimento associativo de estudantes da escola respectiva, aspecto também corroborado por alguns dos dirigentes do movimento associativo dos estudantes das escolas em causa. De seguida apresentamos um conjunto de testemunhos que, além de reconhecerem aquela desarticulação, transportam também juízos valorativos que podem ajudar a interpretar o(s) sentido(s) do autismo em que (co)habitam as duas estruturas associativas.

Começamos pelos testemunhos dos dirigentes do movimento associativo de pais. Quando quisemos saber junto do presidente da associação de pais da *Escola do Vale do Neiva* se durante o ano lectivo³ tinham desenvolvido alguma actividade conjunta com a associação de estudantes, a resposta não se fez esperar: “Com a associação de estudantes, nenhuma”. Parecendo querer justificar esta ausência de “parcerias”, o nosso entrevistado acrescentou: “Quando a nossa associação foi eleita, sugeriu que quer pais, quer associação de estudantes, sempre que tivessem algum problema, viessem às nossas reuniões, porque as nossas reuniões são abertas. [...] Até ao momento ainda ninguém veio.”

Convém esclarecer que esta informação da “abertura” da direcção da associação de pais à participação da associação de estudantes nas suas reuniões foi comunicada numa assembleia geral de pais, onde não era suposto estarem presentes os estudantes. Por isso quisemos saber se não teria sido possível desenvolver outras estratégias para promover realizações conjuntas. À nossa questão o nosso inquirido respondeu com outra questão: “E pergunto eu: a associação [de pais] ia convocar os estudantes para as nossas reuniões quando eles sabem já que podem vir?”⁴, acrescentando ainda que, apesar de participar regularmente no conselho pedagógico, também não teve conhecimento de qualquer iniciativa por parte da associação de estudantes. Aliás, o nosso inquirido, além de ter afirmado desconhecer quem dirigia o movimento associativo de estudantes da sua escola, expressou mesmo a sua dúvida quanto à existência de qualquer estrutura associativa desse tipo na escola: “Não sei [quem é o presidente da associação de estudantes]. E nem sei se existe associação de estudantes.”⁵

³ A entrevista a este dirigente associativo foi realizada depois de ter terminado o ano lectivo.

⁴ Contudo, quando lhe observámos que provavelmente também nunca teriam ido a qualquer reunião da associação de estudantes, a resposta foi pronta: “Também não fomos convocados, não é?”

⁵ Trecho de entrevista com o presidente da associação de pais da *EVN*. (E 26, 13 de Julho de 1999).



Em contrapartida, quando confrontámos o nosso inquirido com a possibilidade deste desconhecimento poder ter paralelo num idêntico desconhecimento por parte do dirigente do movimento associativo dos estudantes (desconhecimento que será confirmado mais adiante), aqui o ónus da descoberta muda de campo: “Se ele não sabe, teve toda a possibilidade de saber”.

Na entrevista que realizámos ao ex-presidente⁶ da mesa da assembleia geral da associação de pais da mesma escola⁷ registámos um depoimento que, sendo parcialmente convergente com o do presidente da direcção em exercício, acrescenta alguns elementos que podem ser relevantes para a tentativa de dilucidar alguns dos sentidos das (des)articulações em análise. Neste caso, apesar de se admitir, pelo menos implicitamente, a existência da associação de estudantes, reconhece-se igualmente a inexistência de qualquer concertação entre as duas estruturas. De resto, também aqui, o testemunho deste ex-dirigente da associação de pais, quando se reporta à associação de estudantes da sua escola, retrata-nos uma estrutura, parcialmente virtual, em que sobressai uma imagem marcada por défices de credibilidade e maturidade:

“Normalmente, aqui, neste caso concreto, nunca houve grande articulação, eu parece-me que nem havia associação de estudantes na escola, ou se havia nem se dava por ela. Mas o que eu achava engraçado era: eles vinham de vez em quando ao conselho pedagógico e eu ficava admirado, ficava às vezes intrigado com os programas das associações de estudantes. Nunca nos consultavam para nada, como é evidente, porque se consultassem... aquilo às vezes eram cópias fiéis de ‘Ai os Homens’, ‘Chuva de Estrelas’, enfim programas que eles estão habituados a ver nas televisões e depois eram cópias fiéis daquilo, portanto do que de mau tinham esses programas, depois transmitidos para a escola.”

Como já antes deixamos antever no depoimento do dirigente do movimento associativo de pais da EVN, também para este entrevistado, o ónus da iniciativa

⁶ Optámos por também realizar uma entrevista ao ex-presidente da mesa da assembleia geral da associação de pais da EVN porque os novos órgãos sociais em exercício tinham apenas um ano de mandato.

⁷ Também realizámos uma entrevista ao presidente da assembleia geral da associação de pais da EVN. Contudo, quando questionado sobre as relações entre a associação de pais e a associação de estudantes, este inquirido escusou-se a responder sugerindo: “Sobre esse aspecto, acho que quem se poderia pronunciar mais sobre isso é a própria direcção [da associação]”. É necessário esclarecer que a direcção da associação de pais da EVN tinha institucionalizado a prática de reunir mensalmente com todos os membros dos corpos sociais da associação, incluindo o presidente da mesa da assembleia geral. Das cinco reuniões da direcção em que participámos durante um ano lectivo, em nenhuma houve qualquer referência à associação de estudantes da escola.



deveria caber à associação de estudantes: ao “até ao momento ninguém veio”, acrescenta-se agora o “nunca nos consultarem para nada”. Ancorados no seu território, os dirigentes do movimento associativo de pais parecem disponíveis para responder aos pedidos que lhes sejam endossados, mas excluem a possibilidade de serem eles a vencer a inércia, mesmo quando consideram que, com a sua intervenção e conselho, certas realizações que consideram menos prestigiantes, onde se inclui o “associativismo hedonista”⁸, poderiam ser facilmente corrigidas.

O que estes testemunhos põem em evidência é mais do que reconhecer que as duas estruturas associativas não colaboram em iniciativas conjuntas, apesar de ambas se reclamarem como representando os interesses dos estudantes. Na verdade, vai-se mais longe chegando-se a questionar a existência da própria associação de estudantes. Contudo, esta *negação do outro*, mais do que traduzir o desconhecimento da sua existência, parece reflectir antes o seu não reconhecimento como estrutura idónea. No último testemunho, o nosso entrevistado, por um lado, afirma: “parece-me que não havia associação de estudantes na escola”, por outro lado, diz-se “intrigado com os programas das associações de estudantes” da escola apresentados nas reuniões do conselho pedagógico em que participou, exemplificando com um conjunto de “realizações” levadas a cabo pelas mesmas. Trata-se, como se percebe, de um ignorar retórico que é posto entre parêntesis no momento em que os nossos entrevistados se pronunciam criticamente sobre as práticas da associação de cuja existência acabaram de duvidar.

Os relatos anteriores foram recolhidos junto de representantes dos pais da EVN. Importa, naturalmente, conhecer também a perspectiva dos responsáveis da associação de estudantes desta mesma escola. Na entrevista conjunta que realizámos a três alunos da direcção da associação de estudantes da EVN obtivemos depoimentos que, não sendo tão radicais em relação à dúvida sobre a existência da associação de pais, evidenciaram o mesmo desconhecimento da agenda e dos agentes que a sustentam. Nesse diálogo registámos a seguinte afirmação:

“Nunca convivemos assim com eles [membros da direcção da associação de pais] em conjunto, nunca trabalhamos assim... Se estiverem cá na escola é só

⁸ Gomes e Lima (1992), na tipologia que desenvolvem para dar conta dos vários conteúdos/agendas que o associativismo estudantil pode promover, incluem a modalidade do “associativismo hedonista”. Para os autores referidos, este caracteriza-se como sendo aquele em que “O associativismo estudantil é visto como um meio de animação lúdica da vida escolar. Nesta concepção, o papel atribuído às Associações de Estudantes é o de criarem espaços e situações de interacção juvenil (festas, bailes, espectáculos musicais, etc.) que funcionem como contraponto às situações ‘sérias’ da vida escolar.” (p. 79).



assim nas reuniões à noite, nós já cá não estamos, é assim. [...] Nunca nos convidaram para participar nas reuniões deles.”

Depreende-se do último parágrafo que os convites endereçados pela associação de pais, dirigidos à associação de estudantes, afinal parecem não ter chegado ao seu destinatário! Aqui o discurso revela-se menos recriminatório e as justificações para a ausência de um maior contacto entre as duas associações são agora deslocadas para o que Brunsson (1989) designa por “atribuição ambiental”, ou seja, a “culpa” é imputada à descoincidência dos horários.⁹ Note-se, no entanto, que a referência ao “nós” e aos “eles” parece reforçar a ideia dos mundos à parte a que nos reportámos antes, e que, aparentemente, ninguém questiona.

A *negação do outro* como justificação para a ausência de qualquer tipo de colaboração ou parceria entre a associação de pais e a associação de estudantes constitui também a estratégia argumentativa dos dirigentes do movimento associativo de pais da *Escola da Foz do Lima (EFL)*. Se não há *parceiro*, não pode haver *parceria*. O trecho seguinte, extraído da entrevista que realizámos ao presidente da mesa da assembleia geral da associação de pais desta escola, é também muito significativo: “Não [desenvolvemos actividades conjuntas] porque a associação de estudantes nesta escola nunca existiu.”

Na entrevista ao presidente da direcção da associação de pais da mesma escola (*EFL*) obtivemos um depoimento mais matizado, onde o nosso entrevistado, por um lado, confirma a inexistência de qualquer tipo de ligação da associação de pais à associação de estudantes, cuja liderança afirma desconhecer, mas, por outro lado, admite a existência da associação, embora a resume a uma formalidade “só para dizer no papel que havia associação de estudantes”:

“Eu vou-lhe dizer, nunca tive... nem nunca conheci a associação de alunos, nem nunca tive ligação com ela. Porque foram miúdos que foram envolvidos nisto quase empurrados, não é? Obrigaram-nos quase. [...] Foram um bocado obrigados a tomar conta de uma... a formar uma associação de estudantes que, no fundo, não era associação de estudantes, que eu nem os conhecia, não é?, eles formaram só para dizer que no papel que havia uma associação de estudantes. [...] Nem nunca soube quem era o presidente da Associação de Estudantes”.

⁹ A “atribuição ambiental”, enquanto “propensão para culpar o ambiente” (Brunsson, 1989, p. 54), dispensa as partes em interacção de se auto-recriminarem ou de culparem mutuamente, o que pode facilitar a construção de consensos.



A associação de estudantes, enquanto “estrutura ausente” (Lima, 1998), ou “estrutura dissipativa” (Estêvão & Afonso, 1998)¹⁰, reflecte-se de forma clara neste discurso.¹¹ Uma “associação de estudantes que, no fundo, não era associação de estudantes”, não poderia constituir um interlocutor válido para a associação de pais. Alunos “empurrados”, “obrigados a tomar conta” da associação de estudantes parecem não justificar o esforço, por parte dos dirigentes da associação de pais, sequer de os conhecer. Mas conheceriam os alunos estes dirigentes associativos, representantes directos dos seus progenitores e também seus *representantes por procuração*?¹²

Na entrevista que realizámos ao presidente da associação de estudantes da *EFL* apenas pudemos colher o seu depoimento “enquanto aluno” pois a sua experiência directiva era muito reduzida. Contudo, quando quisemos saber se tinha tido conhecimento de quem eram os elementos da associação de pais, o nosso inquirido disse que conhecia vagamente o presidente, embora tivesse indicado um nome que não correspondia ao da pessoa em causa. Informou-nos também que não fazia parte do seu projecto desenvolver qualquer actividade conjunta com a associação de pais.

Reportando-nos agora à *Escola do Baixo Cávado (EBC)*, começamos por destacar que esta era uma escola secundária com terceiro ciclo, servindo, portanto, um público mais adulto. No que concerne às relações entre a associação de pais e a associação de estudantes, nesta escola deparámo-nos com uma realidade que, pelo menos em alguns aspectos, se diferencia do que observámos na *EVN* e na *EFL*. Desde logo, importa realçar que esta foi a única escola em que nos foram relatadas algumas realizações conjuntas da associação de pais e da associação de estudantes

¹⁰ Procurando dar conta da especificidade organizacional das associações de estudantes, Estêvão e Afonso (1998, p. 105) classificam-nas como “*estruturas dissipativas*”, considerando ser esta “a forma organizacionalmente mais *rigorosa* (sem, no entanto, ser a forma *exacta*) para acentuar dois vectores essenciais: trata-se de afirmar a existência de uma estrutura que é *sui generis* dada a sua fluidez, os graus de informalidade, irregularidade e complexidade, e o facto de não ser um *locus* permanente de poder ou de influência.”

¹¹ O trecho transcrito parece-nos também um bom exemplo do que Domingues, Torres e Sá (1998) caracterizam como escolas com associações de estudantes mas sem associativismo estudantil. Concluindo a sua análise sobre a realidade observada numa escola secundária, aqueles autores afirmam: “Em síntese, poderíamos dizer, como já afirmámos, que existe AE mas não existe associativismo estudantil. Este, nesta escola secundária, e provavelmente nas demais, afigura-se um fenómeno que, em boa parte, é mais um construto ideológico, manipulado pelos indivíduos que utilizam um discurso político, ou um construto teórico, formalizado pelos analistas sociais e organizacionais, do que uma realidade social assente na participação activa e na actualização diária da escolaridade e da escola.” (Domingues *et al.*, 1998, p. 143).

¹² Como advertem Silva e Stoer (2005), na linha de N. Beattie (1985), o estatuto dos pais, enquanto representantes dos alunos envolve uma certa singularidade e hibridismo pois, como afirmam os dois autores referidos, “não são os pais a vivenciar o quotidiano da vertente escolar, mas sim os seus filhos” (p. 18). Daí a sua classificação como *representantes por procuração*.



e em que abertamente se defendeu um “trabalho estreito” entre aquelas duas associações. A entrevista que realizámos ao presidente da direcção da associação de pais, que ocorreu no termo do seu mandato de dois anos, relata, contudo, uma história com duas partes e com “desfechos” bastante distintos. Segue-se o testemunho em que o nosso entrevistado faz o balanço do seu primeiro ano de mandato:

“Ora eu cheguei ao fim do ano imensamente satisfeito com o trabalho que nós desenvolvemos, sem a mínima dúvida. Gostaria aqui de chamar, ou de referenciar o seguinte: nós ao longo de todo o ano, e acho que os estudantes tiveram a oportunidade de se aperceber disso, nós tivemos sempre um trabalho estreito com a associação de estudantes. Eu compreendo que uma escola para funcionar bem, aliás eu só compreendo que uma escola poderá funcionar bem se, nessa escola, o conselho executivo, a associação de pais (a direcção da associação de pais) e a associação de estudantes, três vértices de um triângulo, trabalharem em conjunto, todos para o mesmo lado. E eu penso que o futuro das escolas passa muito por esta ligação conselho executivo, associação de pais, associação de estudantes. E foi isso que de certa maneira nós conseguimos durante o primeiro ano. Nós, pela primeira vez na história daquela escola, nós conseguimos trazer até nós a associação de estudantes.¹³ Estiveram presentes em mais de, direi, 90% das nossas reuniões. E as nossas reuniões, ao contrário do que está estabelecido, eram reuniões semanais. Nós demos centenas e centenas de horas àquela escola. Mas digo com muito orgulho, com muita satisfação que cheguei ao fim do ano imensamente satisfeito, imensamente satisfeito.”

Neste excerto, além da evidente satisfação do nosso entrevistado por ter conseguido articular os “três vértices do triângulo” de que afirma depender o sucesso de uma escola, gostaríamos de destacar duas ideias presentes na frase sublinhada no trecho transcrito. Em primeiro lugar, a direcção da associação de pais da *EBC*, no primeiro ano do mandato, considerou ter feito história ao conseguir desenvolver um “trabalho estreito” com a associação de estudantes, o que equivale a dizer que essa não era a prática anterior; em segundo lugar, o nosso entrevistado quando afirma: “conseguimos trazer até nós a associação de estudantes”, deixa claro quem se deslocou em direcção a quem: foi a associação de estudantes que foi levada (ou atraída) até à direcção da associação de pais, e não o contrário. Uma estreita

¹³ Sublinhado nosso.

colaboração entre a associação de pais e a associação de estudantes é aqui muito valorizada, mas nos termos, e no território, da associação de pais. Este aspecto está também presente noutra trecho da entrevista, quando o nosso interlocutor se refere a um evento com que encerraram o primeiro ano do mandato, o qual, nas suas palavras, foi “um enorme sucesso”:

“O corolário desta aceitação foi que o ano passado nós finalizámos o nosso ano de trabalho com uma festa, iniciativa nossa¹⁴, com a colaboração da direcção da associação de estudantes, foi outro dos nossos trabalhos [...] e fizemos uma festa, acho que pela primeira vez nesta escola, em que estiveram presentes quase 900 pessoas!”

O nosso entrevistado, ao mesmo tempo que enfatiza a colaboração com a associação de estudantes, faz questão de vincar a quem coube a iniciativa. Note-se que se volta, também aqui, a salientar o carácter pioneiro da realização. Estes dirigentes tinham a clara noção de que estavam a romper com o passado e tinham orgulho nisso. Por isso, apesar das “centenas e centenas de horas” que deram à escola, os dirigentes do movimento associativo sentiam-se plenamente recompensados e “imensamente satisfeitos”.

O segundo ano do mandato representa uma ruptura radical com a experiência anterior e, como afirmou o presidente da direcção da associação de pais da *EBC*, “entrámos na segunda parte da nossa história”.¹⁵ Se, no termo do primeiro ano, a satisfação era imensa, ao fim do segundo, o presidente da direcção da associação de pais já nos confidenciava: “Não tenho a mínima dúvida que, neste preciso momento, eu preciso, eu quero é vir-me embora”.¹⁶ Para este aparente desgaste contribuíram vários factores, nos quais se inclui o aparente desprezo que a associação de estudantes pareceu mostrar em relação às conquistas da associação de pais, produto

¹⁴ Sublinhado nosso.

¹⁵ A “segunda parte da história” traduz uma realidade diferente não apenas na relação entre a associação de pais e a associação de estudantes, mas também entre a associação de pais e o conselho executivo. A mudança da liderança do órgão de gestão parece ter sido a causa principal das alterações verificadas. Referindo-se às relações com o novo órgão de gestão, o nosso entrevistado afirmou: “o nosso protagonismo, se é que havia protagonismo, baixou imenso, baixou imenso”. Tentando explicar as causas da mudança, este dirigente associativo acrescentou: “o papel de uma associação de pais tem muito a ver, ou o êxito ou o não êxito de uma associação de pais, tem muito a ver com o órgão executivo da escola”.

¹⁶ Quando, a concluir a nossa entrevista, perguntámos ao nosso entrevistado se considerava que os pais, professores e os alunos reconheciam o investimento das centenas de horas que dedicou à escola, a sua resposta não se fez esperar: “Não, rigorosamente nada, rigorosamente nada. Os pais nem sabem... exceptuando um ou outro professor, um ou outro elemento do conselho, um ou outro aluno, lá sabem o que é que nós fizemos.” Contudo, este dirigente associativo considerava que tinha cumprido o seu dever cívico e não se arrependia do tempo e da energia que investiu na escola.



de “muita luta” e “muito trabalho”. No confronto entre o primeiro e o segundo ano do seu mandato, o dirigente do movimento associativo de pais da escola *EBC* põe claramente em evidência a mudança na relação entre as duas estruturas associativas:

“O primeiro ano [de mandato] foi diferente do segundo. Nós no primeiro ano tivemos uma estreita ligação à associação de estudantes e conseguimos, inclusive, nós não só conseguimos promover as eleições para a associação de estudantes... como um dos aspectos que nós reivindicámos para aquela escola foi cumprido: que a própria associação de estudantes tivesse um local condigno para se localizar e obtivemos. Foi mais uma vitória nossa. Só que mais tarde, os alunos, a partir de determinado momento, deixaram de aparecer. Eu posso até dizer, isto define um bocado o que se passou, é que depois de muita luta, de muito trabalho, depois de nós termos conseguido que o conselho directivo atribuisse um espaço condigno à associação de estudantes, qual não é o nosso espanto... durante praticamente um ano a associação de estudantes não pôs lá os pés! Quer dizer, nós passamos um ano a reivindicar um espaço, quando obtiveram o espaço, nunca puseram lá os pés.”¹⁷

Os dirigentes da associação de estudantes não só nunca puseram os pés no “local condigno”¹⁸ que a associação de pais lhes tinha conseguido obter, como deixaram de comparecer nas reuniões semanais por esta promovidas. Contudo, a “atitude mais deselegante” ainda estava para vir e acabou por coincidir com o termo

¹⁷ Quando quisemos saber as razões deste aparente desinteresse da associação de estudantes por este espaço, tão arduamente conquistado pela associação de pais, o nosso entrevistado aventou algumas hipóteses, mas não encontrou nenhuma justificação suficientemente forte para explicar o referido desinteresse: “nós quase que obrigamos o conselho directivo a transferir o PBX, porque achávamos que aquele seria o lugar indicado para a associação de estudantes. É um local, a meu ver, nevrálgico, preponderante, quer dizer, fica naquela esquinazinha, pronto é quase... aquele local é quase a sala de visitas daquela escola. Eles nunca puseram lá os pés. Inclusive posso acrescentar que nós nos oferecemos para subsidiar cartas, envelopes, um carimbo, um *placard*, só que achei, achei [hesitação] achei o grupo correcto, mas não sei o que é que houve. Provavelmente também, ou por outros problemas, ou por má relação com o conselho directivo, não sei o que se passou, o que eu sei é que pura e simplesmente a associação de estudantes quase que se desmembrou, quer dizer... e se até aí eles tinham alguma participação na vida da escola, a partir desse momento praticamente a vida deles ficou reduzida a zero.”

¹⁸ As características que tornavam o local “condigno”, na classificação da associação de pais, poderão ter sido as razões da sua recusa por parte da associação de estudantes. De acordo como o presidente da associação de pais, como referimos antes, o local, devido à sua localização, era “nevrálgico”, uma verdadeira “sala de visitas”, ou seja, muito exposto ao olhar de todos, incluindo pais e professores. Na tabela classificativa dos estudantes, um local com estas características pode não ser tão “condigno” como o rotulam os avaliadores anteriores. Espaços mais reservados, menos vulneráveis a olhares indiscretos, parecem corresponder melhor às expectativas juvenis. Contudo, não nos foi possível, para esta escola, contar com o depoimento dos responsáveis dos órgãos sociais da associação de estudantes. Apesar das diversas *démarches* que encetámos, não conseguimos nenhum depoimento formal dos referidos dirigentes. A razão principal dessa dificuldade decorreu de uma inesperada antecipação do termo das actividades lectivas, motivada pelo calendário de exames do ensino secundário.

do mandato da associação de pais. Como referimos antes, uma das realizações mais emblemáticas da associação de pais durante o primeiro ano foi a realização de uma festa de encerramento das actividades lectivas, em colaboração com a associação de estudantes, que reuniu mais de 900 pessoas.

Dado o sucesso, material e simbólico, desta realização, a direcção da associação de pais, mais uma vez em colaboração com a associação de estudantes, pretendia reeditar o evento como forma de comemorar o termo do ano lectivo e encerrar “em grande” o seu mandato. Contudo, a direcção da associação de estudantes, nas palavras do presidente da associação de pais, “ultrapassou-os pela direita” e “apropriou-se” da sua iniciativa emblemática (e antecipadamente inscrita no seu plano de actividades), pretendendo promovê-la de forma autónoma, atitude classificada pelo presidente da associação de pais como “muito deselegante”.

De resto, na última reunião da direcção da associação de pais da *EBC* em que participámos (final do ano lectivo), a questão da “Festa de Fim de Ano” foi um tema recorrente durante os cerca de 60 minutos que durou o encontro.¹⁹ Os elementos da direcção, e em particular o seu presidente, sentiram-se bastante agastados com o rumor de que a associação de estudantes estaria a organizar uma festa de fim de ano “sem lhes dar cavaco”. Aparentemente, os estudantes anteciparam-se aos pais, sem lhes darem qualquer explicação, esvaziando de sentido qualquer iniciativa destes. A associação de pais que, como referimos, pretendia encerrar o seu mandato “em grande”, via-se então na eminência de o terminar “sem honra nem glória”.²⁰

Nessa reunião, o presidente da associação de pais informou que tinha ouvido o boato de que a associação de estudantes pretendia oferecer-lhes os lucros da realização da festa, tendo este dirigente defendido, caso isso se verificasse, que deveriam recusar a oferta pois, disse, “não precisamos do dinheiro para nada”. Defendeu ainda que a associação de pais deveria emitir um comunicado demarcando-

¹⁹ Durante o segundo ano do mandato da associação de pais da *EBC* participámos em quatro reuniões da sua direcção: a primeira no início do ano lectivo, a segunda no início do segundo período, a terceira no início do terceiro período e a quarta no final do terceiro período. Das quatro reuniões referidas, os representantes da associação de estudantes apenas estiveram presentes na primeira. Estiveram contudo presentes, a convite da direcção da associação de pais, numa reunião da sua assembleia geral, realizada no início do segundo período, onde fizeram uma intervenção para reforçar o voto de louvor feito ao trabalho da direcção da associação de pais, considerando que, ao contrário do que acontecia anteriormente, a direcção em serviço mantinha um estreita relação com a associação de estudantes.

²⁰ Esta é uma das razões porque, no “diário de campo” relativo à reunião a que nos estamos a reportar, registámos: “Durante a reunião, em vários momentos, o presidente da associação de pais, e outros elementos da direcção, expressaram algum desalento, talvez mesmo frustração, em relação à sua experiência como membros da associação de pais. Desde logo manifestaram a sua indisponibilidade para continuar à frente da associação de pais. No fundo sentiam-se injustiçados: os professores não os consideram, o conselho directivo frequentemente ignora-os, os estudantes ‘ultrapassam-nos pela direita’ e os outros pais não reconhecem o seu trabalho.”



se dessa hipotética iniciativa porque “os pais podem pensar que é uma iniciativa da associação de pais”. Como se percebe, a questão da “paternidade” da “iniciativa” parece mais relevante do que a própria iniciativa. Para este dirigente associativo, enquanto a associação de estudantes pode naturalmente associar-se a uma realização da associação de pais, o contrário afigura-se-lhe impensável e até desprestigiante.

Depois de ter “feito história”, trazendo até si a associação de estudantes, a associação de pais da *EBC* parece agora ter perdido o controlo sobre a associação que ajudara a criar, reagindo com desagrado às aparentes aspirações autonómicas daquela. A suposta²¹ pretensão da associação de estudantes de promover uma festa de finalistas, sem “dar cavaco” aos dirigentes do movimento associativo de pais, afigura-se-lhes como um comportamento impróprio, merecedor de repúdio e de uma clara demarcação daquela realização. A associação de pais parece alimentar, em relação à associação de estudantes, a mesma expectativa de “cooperação subordinada” que, como evidenciaram Domingues *et al.* (1998, p. 125), os órgãos de gestão esperam dela.²²

Se, no caso da *Escola do Baixo Cávado*, as relações entre a associação de pais e associação de estudantes apresentam traços que a diferenciam do que registámos na *Escola da Foz do Lima* e na *Escola do Vale do Neiva*²³, também aqui parece haver total indisponibilidade, por parte da associação de pais, para apadrinhar realizações que não sejam da sua iniciativa, mesmo quando a outra parte parece estar disponível para ceder os “lucros” emergentes desses eventos. Não se trata apenas de não apadrinhar, mas de “emitir um comunicado” para formalmente se demarcarem, para evitarem apropriações abusivas do seu (suposto) prestígio, o que, a acontecer, poderia induzir os outros pais em erro.

²¹ Note-se que toda a apreciação que o dirigente da associação de pais faz da (presumida) iniciativa da associação de estudantes se baseia em suposições ou boatos que este dirigente nunca esclareceu e de que reconhece não ter a certeza, como se depreende das suas palavras: “Têm a festa programada para, se não me engano, para amanhã, com o título de festa dos finalistas. Se efectivamente eles têm alguma coisa a ver com essa festa, foi uma atitude muito deselegante por parte da associação de estudantes, muito deselegante. Mas, como eu disse, não tenho a certeza que essa festa tenha alguma coisa a ver com essa associação de estudantes.” A um dia da realização do evento, e apesar da entrevista de onde retirámos este trecho ter sido realizada cerca de um mês após a reunião da direcção da associação de pais em que se comentou o “boato” de que a associação de estudantes estaria a promover uma festa de finalistas sem “dar cavaco” à associação de pais, o nosso entrevistado continuava sem estar certo do “envolvimento” da associação de estudantes na promoção do referido evento, o que não obsteu a que especulasse sobre a “deselegância” desse hipotético envolvimento.

²² De resto, como mostram outras análises (Lima e Sá, 2002; Sá, 2004), a “colaboração subordinada” é também, com muita frequência, a marca das expectativas dos professores em relação à participação dos pais na escola.

²³ Por exemplo, na primeira escola referida não recolhemos qualquer testemunho que evidenciasse o ignorar ostensivo da associação de estudantes por parte da associação de pais que documentamos em relação às últimas.

A tentação paternalista, por parte da associação de pais, que este “incidente” reflecte, pode ajudar a compreender a dificuldade em construir modos de intervenção em parceria entre as duas estruturas associativas que se reclamam de representar os interesses dos estudantes. Enquanto as associações de pais se julgam no direito (e no dever) de exercer algum tipo de tutela sobre as agendas e os espaços onde se movem os estudantes, estes, nomeadamente através das suas associações, aspiram a conquistar para si “espaços e momentos de autonomia” que querem administrar e fruir sem o olhar indiscreto dos adultos (Domingues *et al.*, 1998, p. 140). Parafraseando Waller (1932)²⁴, a associação de pais e a associação de estudantes desejam o melhor para os estudantes, mas parecem divergir no que significa esse “melhor”.

Enquanto que as associações de pais se revelam mais disponíveis para promover e apoiar um “associativismo [estudentil] de participação suscitada”, portanto, sob o seu controlo, as associações de estudantes parecem mais empenhadas em (re)fundar-se num “associativismo de participação voluntária” (Meistar, 1972)²⁵, o que implica quebrar amarras e conquistar o seu espaço.²⁶ Se a esta clivagem agregarmos as imagens, frequentemente depreciadas, que as associações de pais (re)produzem sobre as associações de estudantes, imagens também associadas à descrença nas suas capacidades de realização, ou pelo menos de realização de iniciativas “dignas”²⁷,

²⁴ Waller (1932, p. 68), referindo-se à relação entre pais e professores, que considerava “naturais inimigos”, observou: “Do ponto de vista ideal, pais e professores têm muito em comum, na medida em que, supostamente, desejam que as coisas aconteçam para o bem da criança. [...] Ambos desejam o bem da criança, mas é uma espécie de bem tão diferente que o conflito inevitavelmente ocorrerá.”

²⁵ Meister (1972, p. 18), citado por Estêvão e Afonso (1998, p. 85), distingue as associações de “participação suscitada” das associações de “participação voluntária” nos seguintes termos: “Enquanto que a associação voluntária é criada pelos seus próprios membros e muitas vezes com um objectivo de reivindicação social ou contra a sociedade, a associação de participação suscitada é, pelo contrário, um instrumento de conformismo aos valores da sociedade global, valores ainda estranhos aos indivíduos considerados.”

²⁶ Contudo, a tentação paternalista em relação às associações de estudantes não provém apenas das associações de pais. Apesar de estatutariamente disporem de autonomia e independência face aos órgãos de gestão da escola, e de existirem orientações normativas que reiteram essa autonomia e independência, as associações de estudantes são, com alguma frequência, alvo de intromissões por parte dos órgãos de gestão da escola que, extravasando as suas competências, procuram de formas diversas condicionar a sua agenda e a cooptar os seus agentes (Domingues *et al.*, 1998).

²⁷ Esta representação depreciada da associação de estudantes, veiculada por algumas associações de pais, parece ser partilhada pelos professores. No estudo conduzido numa escola secundária por Domingues *et al.* (1998), realizado no âmbito de uma investigação mais ampla, estes investigadores registaram também um conjunto de testemunhos que atestam o “divórcio e a desconfiança” que consideraram existir entre associação de estudantes e os professores. Num dos trechos de uma entrevista realizada a um membro do órgão de gestão da escola estudada pode ler-se: “A relação [da associação de estudantes] com os professores é má, muito má. A maior parte dos professores não sabe quem são os alunos da AE nem o que é que eles fazem” (Domingues *et al.*, 1998, p. 138). Nesse estudo, Domingues e colegas fazem também uma breve referência à relação entre a associação de pais e a associação de estudantes da escola em que decorreu o trabalho de campo. No parágrafo que dedicam ao assunto, os autores põem em destaque o desconhecimento mútuo das duas estruturas associativas, referindo também que “Não há notícia de que tenham participado nalguma realização comum.” (p. 140).



torna-se mais inteligível a insularização das iniciativas e a raridade das parcerias²⁸ entre aquelas duas estruturas associativas.

As imagens depreciadas que as associações de pais (re)produzem sobre as associações de estudantes podem ter paralelo em imagens homólogas que as associações de estudantes pintam sobre os seus retratistas. No estudo a que já antes nos referimos, Domingues *et al.* (1998) transcrevem uma nota do seu “diário de campo”, reportando-se a uma reunião em que estiveram presentes, entre outros elementos, o presidente do conselho directivo, o presidente da associação de pais e o presidente da associação de estudantes, constituindo um bom exemplo do que antes admitimos. Reproduzimos de seguida a nota referida:

“O presidente da AE [associação de estudantes] interveio para acusar a AP [associação de pais] de pouco dinamismo na intervenção e apoio às actividades escolares. Uma aluna, ex-dirigente associativa, reforçou a ideia afirmando que ‘ninguém dá pela presença dos pais na escola, é como se não existissem’. Um outro aluno adiantou que os alunos não gostam de ver os pais na escola e se estes não participavam nas actividades escolares, menos ainda se justifica a sua presença.”²⁹ (p. 140).

O último período da citação, ao colocar a questão do posicionamento dos alunos face à participação dos pais na escola, introduz um novo vector na análise da “interface” associação de pais/associação de estudantes, aspecto que procuraremos explorar no ponto seguinte.

²⁸ Rodrigues e Stoer (1998), referindo-se às “origens e desenvolvimento histórico” do conceito de parceria em Portugal, consideram que para o caso português é pertinente distinguir entre parceria e parceria, compreendendo o primeiro práticas mais formalizadas e orientação verticalizada no âmbito de projectos transnacionais, enquanto a segunda se reporta sobretudo à cooperação informal no âmbito de projectos locais. Além de conceptualmente distintos, “o parceria enquanto parceria” e a “parceria enquanto parceria” tiveram a sua dominância em contextos sócio-históricos e políticos distintos: “Se o parceria, enquanto parceria, foi a lógica dominante em meados da década de 70, gradualmente e em particular com a entrada de Portugal (em 1986) no que era então a Comunidade Económica Europeia, a parceria enquanto parceria, veio a tornar-se hegemónico durante os anos 80” (Rodrigues e Stoer, 1998, p. 7).

²⁹ Essa “animosidade” seria em parte explicável, segundo os autores, porque “os alunos, tal como os professores, e talvez pelas mesmas razões, são avessos à presença dos pais na escola” (Domingues *et al.*, 1998, p. 140).

Associações de Pais e Associações de Estudantes: Agendas e Lógicas em Tensão?

Embora uma parte da literatura sobre a relação dos pais com a escola³⁰, sobretudo a de pendor mais normativo, propenda para a aceitação acrítica do suposto desejo dos alunos de verem aquela relação reforçada³¹, outras análises mostram que a questão é mais complexa e matizada. Por exemplo, Edwards e Alldred (2000), tomando como referência os dados da investigação que levaram a cabo num conjunto de escolas cobrindo diversos contextos económicos, sociais, étnicos e culturais da área londrina, concluíram que “as crianças e os jovens podem, por motivos próprios, moldar activamente e trabalhar para encorajar ou desencorajar, assegurar ou prevenir, o envolvimento dos seus pais na sua educação” (p. 442).³²

Socorrendo-se de Brannen e O'Brien (1995), Edwards e Alldred (2000, p. 435) defendem que a escola e a família constituem espaços onde ocorrem os três processos sociais básicos que afectam a vida das crianças e dos jovens na actualidade: a *familialização*³³, a *institucionalização* e a *individualização*. A “familialização” reporta-se à tendência crescente para ver as famílias como responsáveis pelo bem-estar, desenvolvimento, comportamento e atitudes das crianças. Estas, observam as autoras, são “crescentemente conceptualizadas em termos do seu estatuto de dependência familiar” (p. 435). Por seu lado, a “institucionalização” envolve a tendência, também ela crescente, para a “compartimentalização da criança em espaços organizados protegidos e separados, supervisionados por profissionais e frequentemente estruturados de acordo com a sua idade” (p. 436). As duas tendências anteriores reforçam a concepção da criança como ser passivo, dependente, necessitando do cuidado e da protecção dos adultos. O terceiro processo, a “individualização”, desenvolve-se em tensão com os anteriores

³⁰ Para “um breve panorama” sobre a literatura em torno da “interface” escola-família”, ver, por exemplo, Silva (2003, pp. 97-124).

³¹ Por exemplo, Epstein *et al.* (1997, p. 7) afirmam que os “investigadores” (embora não refiram quais) concluíram que “Quase todos os estudantes de todos os níveis de ensino – elementar, médio e superior – desejam que as suas famílias sejam parceiros mais informados sobre o ensino e que assumam papéis mais activos na comunicação entre a escola e o lar.”

³² Partindo dos dados recolhidos através de diálogos e entrevistas com cerca de 70 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, Edwards e Alldred (2000), investigadoras do Centro de Investigação em Ciências Sociais da *South Bank University* (Londres), propuseram uma tipologia em que procuram dar conta dos diversos “papéis” que as crianças podem assumir na promoção/boicote do envolvimento dos pais na escola. Essa tipologia contempla quatro categorias: 1- As crianças como activas no envolvimento parental; 2- As crianças como passivas no envolvimento parental; 3- As crianças como activas no não envolvimento parental; 4- As crianças como passivas no não envolvimento parental. Defendem as autoras que cada criança não pode ser “alocada”, de forma exclusiva, num único tipo. A propósito afirmam: “Cada criança surgiu em diferentes lugares da nossa tipologia consoante o lugar ou o aspecto do (não) envolvimento de que nos estavam a falar.” (p. 448).

³³ No original “familialisation”.



porque representa “uma ênfase crescente nas crianças como actores sociais individuais (não dependentes) que reflexivamente modelam a sua própria biografia, e são responsáveis pelos seus ‘projectos de si’” (p.436).

Afirmam Edwards e Alldred (2000) que, no envolvimento parental na escola, tem prevalecido uma clara ênfase na “familiarização” e na “institucionalização”, em prejuízo da “individualização”, ou seja, “o envolvimento parental não considera as crianças como participantes neste processo, a não ser como dependentes passivos” (p.452). Como consequência, as parcerias entre a escola e os pais tendem a gerar um “terceiro excluído”: aquele *sobre quem*, mas não *com quem*, se celebram as referidas parcerias. Contudo, como realçam Edwards e Alldred, os alunos, mesmo quando reduzidos à condição de *objectos*, não deixarão de jogar o seu papel, ora facilitando, ora dificultando, aquela relação.³⁴

Esta leitura, quando transposta para a análise das relações entre as associações de pais e associações de estudantes, pode introduzir um novo sentido no “divórcio” a que antes nos reportámos. Na verdade, tomando por referência os três processos sociais acima referidos, parece-nos de admitir, pelo menos como hipótese de trabalho, que as duas associações se filiam em “lógicas” em tensão. Se a constituição das associações de pais, e a sua intervenção na escola, enquanto decorrência dos processos de “familiarização” e de “institucionalização”, se sustenta numa concepção das crianças e dos jovens enquanto “seres em devir”, ou seja, elementos passivos e dependentes dos adultos, já a constituição das associações de estudantes surge mais associada ao vector da “individualização”, transportando, portanto, uma concepção sociológica distinta das crianças e dos jovens, agora representados como actores sociais competentes, com direitos próprios, capazes de agir de forma autónoma e reflexiva e de participar activamente na construção do seu mundo.

Neste cenário, a relação entre as associações de pais e as associações de estudantes são potencialmente (e previsivelmente) conflituantes. A expansão da esfera de acção de uma parece implicar a retracção, ou subalternização, do campo de intervenção e da base de legitimidade da outra. A presença da associação de pais na escola pressupõe que as crianças e os jovens são demasiado “imatuross” para se auto-representarem, daí atribuírem pouca relevância às suas iniciativas e realizações e procurarem tutelar as suas frágeis estruturas associativas. Por seu lado, a

³⁴ Edwards e Alldred (2000) defendem que os dados da sua investigação “sugerem que os papéis das crianças e dos jovens na relação família-escola necessitam de ser considerados se os decisores políticos e os práticos desejam intensificar o envolvimento parental na educação” (p. 452)



associação de estudantes, para se afirmar como projecto autónomo, vê-se na necessidade de forçar a demarcação de fronteiras e de desqualificar a presença dos pais na escola ou, pelo menos, de procurar espaços exclusivos não vigiados (pelos pais ou outros adultos). Claro que esta potencial tensão não exclui a possibilidade de colaborações pontuais entre as duas estruturas associativas, sobretudo no que concerne à complexa teia dos financiamentos mútuos.³⁵

Perrenoud (1994b), ao destacar igualmente o importante papel do aluno como mediador na relação entre a escola e a família, e ao demonstrar que nessa relação a criança não se limita a um papel passivo, proporciona-nos também alguns *insights* para a compreensão da complexa (des)articulação entre as associações de pais e as associações de estudantes. Como afirma este autor, “longe de ser um meio neutro, a criança intervém *selectivamente* e *activamente* na comunicação entre o mestre e os pais” (p. 72). Enquanto *actor*, e mais especificamente na qualidade de *agente duplo*, o aluno, ao fazer a ponte entre a escola e a família (e entre a família e a escola), pode filtrar ou “esquecer” as informações que circulam entre aqueles dois mundos, condicionando a comunicação de que ele é, simultaneamente, o “mensageiro e a mensagem”.

A relação directa dos pais com a escola, mesmo quando mediatizada pela respectiva associação, ao dispensar o “mensageiro”, retira-lhe o poder de interferir na trajectória da (“má”) “mensagem” (de que ele é o conteúdo), impedindo-o de reinterpretar, “suavizar”, ou mesmo interceptar e destruir. Neste cenário, os hipotéticos “ganhos” decorrentes de uma parceria mais estreita entre a associação de pais e a associação de estudantes, ao colocar os primeiros em contacto com os órgãos da escola, podem não compensar as “perdas” resultantes daquela “exposição directa”. De resto, importa deixar claro que não presumimos que uma eventual desarticulação entre a associação de pais e a associação de estudantes representa uma qualquer “doença” ou “má formação” organizacional cuja cura ou extirpação se imponha. Na linha de Weick (1988), consideramos que as desarticulações

³⁵ Martins (2003, p. 157), no âmbito de uma análise sociológico-organizacional das associações de pais e encarregados de educação na escola pública, apresenta-nos um exemplo interessante da interdependência das associações de pais e das associações de estudantes em termos de financiamentos mútuos. Embora na generalidade dos casos seja a associação de estudantes a pedir o apoio financeiro da associação de pais para concretizar os seus “programas eleitorais”, também há casos de pedidos da associação de pais junto da associação de estudantes para colaborarem financeiramente em iniciativas que a associação de pais considera merecedoras de apoio. No caso em apreço, a associação de pais, confrontada com um pedido de apoio, por parte de duas professoras da escola, em benefício de um aluno em situação financeira precária, tendo decidido por unanimidade conceder o apoio, decidiu também tentar obter junto da associação de estudantes ajuda para esta causa, uma vez que a associação de estudantes tinha uma mesa de matraquilhos, financiada pela associação de pais, que lhe proporcionava uma fonte de receitas.



organizacionais tanto podem constituir um “problema” como uma “solução”.³⁶ Por exemplo, se uma maior conexão entre as agendas da associação de pais e da associação de estudantes implicar, como alguns dados empíricos aqui mobilizados sugerem, uma *cooptação formal*³⁷ da última pela primeira, então, pelo menos para a associação de estudantes, talvez aquela conexão deva ser rotulada como um “problema”.

Associações de Pais e Associações de Estudantes: *Estruturas Dissipativas* num Contexto Organizacional Singular

Recuperando a focalização mais organizacional da parte final do ponto anterior, admitimos que a particular complexidade estrutural do contexto em que aquelas parcerias poderiam ocorrer e a singularidade estrutural das associações de pais e das associações de estudantes, concorrem também para tornar pouco plausível o desenvolvimento de acções concertadas entre as duas estruturas associativas. No primeiro caso (complexidade estrutural do contexto), estamos perante formas organizacionais, formalmente autónomas, que se desenvolvem no interior de outra organização (também ela com funcionamento autónomo). No segundo caso (singularidade estrutural das associações de pais e de estudantes), confrontamo-nos, ora com “*estruturas dissipativas*” (Estêvão e Afonso, 1998), ora com estruturas no “limiar da virtualidade” (Fernandes, 1999).³⁸

Em relação à complexidade estrutural do contexto, a questão que se coloca é a do *estatuto* de cada uma das organizações consideradas (que hierarquias?, que interdependências?). Aparentemente, a associação de pais e a associação de estudantes, ao desenvolverem a sua actividade no território social da escola, utilizando os seus espaços e alguns dos seus recursos, podem parecer, recorrendo à metáfora sugerida por Estêvão e Afonso (1998, p. 86), estruturas parasitárias dependentes que se alimentam num organismo-hospedeiro.³⁹ Ou então, mobilizando

³⁶ Karl Weick (1988), por exemplo, identifica sete potenciais “funções” da conexão débil entre os diferentes elementos de uma organização, embora associe a cada uma dessas funções uma potencial disfunção. Para uma análise dessas funções e disfunções, ver Weick (1988, pp. 62-64).

³⁷ Para uma análise do conceito de cooptação (formal e informal), ver Selznick (1971, pp. 93-96).

³⁸ J. Fernandes, no estudo (tese de mestrado) em que desenvolve “Uma abordagem Sociológico-Organizacional de uma Associação de Pais”, adota o seguinte título: “O Associativismo de Pais: No Limiar da Virtualidade?” (Cf. Fernandes, 1999).

³⁹ Estêvão e Afonso (1998, p. 86), problematizando a especificidade das associações de estudantes em contexto organizacional escolar, interrogam-se sobre a possibilidade de estarmos perante “um organismo-hospedeiro que alimenta uma estrutura parasitária dependente”, embora não sustentem explicitamente esta possibilidade. Pressupõe-se que, nesta metáfora (cujo cunho biologista reconhecem), os autores associam o “organismo-hospedeiro” à escola e a “estrutura parasitária dependente” à associação de estudantes.

a expressão utilizada por Domingues *et al.* (1995), podemos estar perante “apêndices orgânicos”⁴⁰ de localização problemática no organigrama da escola. Contudo, neste caso, particularmente no que concerne às associações de pais, as relações de dependência entre “hóspede” e “hospedeiro” são bem mais complexas. Em certo sentido, poder-se-á até admitir que as associações de pais são unidades sociais mais autónomas do que as próprias escolas.⁴¹ De resto, são, frequentemente, as associações de pais que contribuem para o (co)financiamento da escola, e não o contrário.⁴²

Se as articulações funcionais entre os órgãos da escola e as associações de pais e de estudantes são frágeis, as conexões no interior de cada uma destas estruturas não o são menos. A singularidade estrutural que caracteriza as associações de pais e as associações de estudantes reflecte-se, por exemplo, nas reconhecidas desarticulações entre representantes e representados.⁴³ Àquela desarticulação podem associar-se outras desconexões no interior das próprias estruturas directivas.⁴⁴ Num primeiro momento, particularmente no caso das associações de pais, verificam-se dificuldades em encontrar “voluntários” para integrar as listas a submeter a sufrágio. Depois, após as eleições para os corpos directivos, são frequentes fenómenos de “mortandade” que reduzem aqueles corpos directivos a alguns “sobreviventes heróicos” (Domingues *et al.*, 1998; Fernandes, 1999; Martins,

⁴⁰ Estes autores, tomando por referência o enquadramento normativo do associativismo juvenil vigente na altura e os dados de uma investigação que conduziram numa escola secundária durante dois anos lectivos (1990/92), onde acompanharam várias actividades desenvolvidas pela associação de estudantes, afirmam em jeito de conclusão: “Afastada dos órgãos dotados de competências deliberativas, apenas se prevendo algumas linhas de funcionalidade administrativa com o CD, sem articulação formal com os representantes dos alunos nesses órgãos e desprovida de assento em qualquer órgão de gestão, a AE mais se assemelha a um ‘apêndice orgânico’, uma espécie de órgão menor sem lugar no organigrama, dotada de funções de coadjuvação da gestão escolar na realização de actividades culturais e recreativas” (Domingues *et al.*, 1995, p. 558).

⁴¹ Por exemplo, enquanto que as associações de pais têm completa autonomia na elaboração e aprovação do seu regulamento interno, na hierarquização das suas prioridades, na admissão e suspensão dos seus membros, na elaboração e gestão do seu orçamento, etc, o mesmo não se aplica às escolas que, em relação à generalidade destes domínios, necessitam de “aprovação externa”.

⁴² Em alguns casos, sobretudo quando há constrangimentos legais que impedem doações directas, a associação de pais limita-se ao papel de intermediária entre as instâncias que fornecem recursos financeiros e as escolas.

⁴³ Domingues *et al.* (1998), por exemplo, reportando-se à articulação entre a direcção da associação de estudantes e os estudantes da escola em que centraram o seu estudo, afirmam: “O pano de fundo da relação AE [associação de estudantes] com os estudantes é a da desconexão, desconhecimento e descontinuidade. Da AE em relação aos representantes dos alunos nos órgãos de gestão da escola e em relação aos alunos em geral. Representante dos alunos por definição, não sabe ou não consegue com estes estabelecer canais de comunicação e interacção” (p. 142).

⁴⁴ Fernandes (1999, p. 226) apresenta como “expoente máximo” da “débil conexão interna” da associação de pais por si estudada o facto de “o presidente da direcção não conhecer a totalidade dos membros deste órgão”.



2003).⁴⁵ Estas *estruturas dissipativas* atravessam frequentes (e não necessariamente coincidentes) períodos de hibernação, entrecortados por fases mais activas marcadas por uma certa sazonalidade (Sá, 2004).⁴⁶ Nestas circunstâncias, e cumulativamente com os constrangimentos antes enunciados, a concertação entre os *representantes indirectos* e os *representantes directos* dos estudantes⁴⁷ pode tornar-se ainda mais problemática. Se os (poucos) dirigentes associativos que sobrevivem à “mortandade” têm dificuldade em mobilizar os seus correligionários directos, mais dificuldades terão em se concertar com aqueles sobre quem não têm linhas de conexão formais e de cujas competências e/ou legitimidade desconfiam.

Conclusão

Apesar de, como começamos por constatar no início deste texto, as associações de pais/ encarregados de educação e as associações de estudantes constituírem estruturas paralelas de representação dos alunos na escola, os dados que recolhemos, muito limitados é certo, apontam para uma convivência autista dos dois movimentos associativos, muito autocentrados, ignorando-se mutuamente e, por vezes, procurando desvalorizar e desacreditar as realizações alheias.

Pontualmente, interceptámos algumas realizações conjuntas das duas estruturas associativas, embora marcadas pela *tentação tutelar* da associação de pais, sempre apressada em reivindicar a *paternidade* das iniciativas. Esta, em certos

⁴⁵ O trecho de uma entrevista realizada a um ex-presidente da direcção de uma associação de pais, transcrito em Fernandes (1999, p. 237) e que reproduzimos de seguida, condensa de forma particularmente feliz o fenómeno da “mortandade” no caso das associações de pais: “[...] Porque as pessoas não ligavam, não ligavam... as pessoas acabavam de ser eleitas e depois não apareciam. A associação era o presidente”. Igualmente expressivo é o depoimento de um aluno, registado por Domingues *et al.* (1998, p. 137), agora a propósito da “mortandade” nos órgãos sociais das associações de estudantes: “Faz-se uma lista, faz-se uma campanha e muitas vezes, depois da campanha, é quase totalmente cortada de cima a baixo... Ficam dois elementos da direcção, um da assembleia geral, com um bocado de sorte um do conselho fiscal.”

⁴⁶ Sá (2004), baseando numa breve análise dos reflexos de certas modalidades da participação dos pais na escola na comunicação social, regista também certos “picos” marcados por uma certa sazonalidade: “O aflorar de *notícias* na comunicação social sobre os pais e encarregados de educação, enquanto corpo social mais ou menos organizado, constitui um fenómeno tipicamente sazonal. O “pico” ocorre no Outono, coincidindo com as semanas que envolvem o início do ano lectivo. Progressivamente, verifica-se uma espécie de hibernação, aqui e ali interrompida com o “aquecimento” das relações com a escola ou com as estruturas da administração educacional motivada por alguma questão pontual. Esse adormecimento relativo termina com o início de um novo ano lectivo, ressurgindo novamente referências diversas aos pais e encarregados de educação, normalmente relacionadas com as tomadas de posição relativamente à falta de condições das instalações escolares, à escassez de recursos humanos, às questões da (in)segurança, entre outros assuntos” (p. 362-363).

⁴⁷ Como observam Silva e Stoer (2005, p. 18), “No nosso caso, no ensino secundário os estudantes têm uma dupla representação: a directa, pelos seus colegas; a indirecta, pelos encarregados de educação.” Acrescentam de seguida os mesmos autores que “Seria interessante um estudo sobre os modos de convivência destas duas formas de representação.” O texto que aqui apresentamos pretende constituir um contributo para esse estudo.



casos, revelou-se disponível para abrir as suas reuniões à participação dos representantes da associação de estudantes, mas essa abertura raramente se traduziu numa participação efectiva.

No sentido de conferir inteligibilidade aos “mundos à parte” em que se materializou a coexistência das associações de pais e das associações de estudantes, sugerimos duas “explicações”. A primeira leva-nos a admitir que as associações de pais e as associações de estudantes se alicerçam em “lógicas em tensão”, ou seja, a afirmação de uma faz-se, em certo sentido, a expensas da afirmação da outra. A segunda, ao relevar a natureza *dissipativa* e intermitente das duas estruturas associativas em causa, cumulada com o carácter sazonal das respectivas realizações, desloca o foco da análise das desarticulações para uma leitura de inspiração mais organizacional.

Em qualquer dos casos, as “explicações” aqui avançadas mais não são do que “hipóteses provisórias” a necessitar de aprofundamento teórico e cotejamento empírico que só um estudo mais consistentemente ancorado poderá permitir.

Referências Bibliográficas

- Brannen, J., & O'Brien, M. (1995). Childhood and the sociological gaze: Paradigms and paradoxes. *Sociology*, 29, 729-737.
- Brunsson, N. (1989). *The organization of hypocrisy. Talk, decisions and actions in organizations*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.
- Domingues, I., Torres, L., & Sá, V. (1995). A participação da associação de estudantes na gestão das escolas secundárias: Enquadramento jurídico-normativo. In *Vários, ciências da educação: Investigação e acção (Vol. I)*(pp. 555-562). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Domingues, I., Torres, L., & Sá, V. (1998). O associativismo estudantil numa escola secundária: Estruturas, práticas e paradoxos. In L. C. Lima (Dir), *Por favor, elejam a B. O associativismo estudantil na escola secundária* (pp. 113-146). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Edwards, R., & Alldred, P. (2000). A typology of parental involvement in education centring on children and young people: Negotiating familialisation, institutionalisation and individualisation. *British Journal of Sociology of Education*, 21(3), 435-455.
- Epstein, J., Coates, L., Salinas, K., Sanders, M., & Simon, B. (1997). *School, family, and community partnerships. Your handbook for action*. Thousand Oaks: Corwin Press.



- Estêvão, C., & Afonso, A. (1998). Associações de estudantes em contexto escolar: A construção sociológica de uma singularidade organizacional. In L. C. Lima (Dir), *Por favor, elejam a B. O associativismo estudantil na escola secundária* (pp. 75-112). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, J. (1999). *O associativismo de pais: No limiar da sua virtualidade. Uma abordagem sociológico-organizacional de uma associação de pais*. Braga: Universidade do Minho. (Tese de mestrado policopiada).
- Gomes, C., & Lima, L. C. (1992). As organizações partidárias de juventude e o associativismo estudantil: Lógicas da partidarização no quadro de um novo discurso e de uma nova estratégia. *Revista Portuguesa de Educação*, 5 (2), 49-80.
- Lima, L. C. (1988). *A gestão das escolas secundárias. A participação dos alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lima, L. C. (Dir.) (1998). *Por favor, elejam a B. O associativismo estudantil na escola secundária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, L. C. (1998). Introdução. Entre estruturas intermitentes e estruturas ausentes. In L. C. Lima (Dir), *Por favor, elejam a B. O associativismo estudantil na escola secundária* (pp. 11-26). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, L. C., & Sá, V. (2002). A participação dos pais na governação democrática das escolas. In J. Lima (Org.), *Pais e professores: Um desafio à cooperação* (pp. 25-95). Porto: Edições ASA.
- Martins, M. F. (2003). *Associações de pais e encarregados de educação na escola pública. Contributos para uma análise sociológica-organizacional*. Lisboa: ME/DEB.
- Perrenoud, P. (1994a). Ce que l'école fait aux familles : Inventaire. In C. Montadon & P. Perrenoud, *Entre parents et enseignants: Un dialogue impossible?* (pp. 83-143). Bern: Peter Lang S. A.
- Perrenoud, P. (1994b). Le *go-between*: Entre la famille et l'école, l'enfant messenger et message. In C. Montadon & P. Perrenoud, *Entre parents et enseignants: Un dialogue impossible?* (pp. 45-76). Bern: Peter Lang S. A.
- Rodrigues, F., & Stoer, S. (1998). *Entre a parceria e o partenariat: Amigos, amigos, negócios à parte*. Oeiras: Celta Editora.
- Sá, V. (2004). *A participação dos pais na escola pública portuguesa. Uma abordagem sociológica e organizacional*. Braga: Universidade do Minho.
- Selznick, P. (1971). Cooptação: Um mecanismo para a estabilidade organizacional. In E. Campos (Org.), *Sociologia da burocracia* (pp. 93-100). Rio de Janeiro: Zahar Editores.



- Silva, P. (2003). *Escola-família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, P., & Stoer, S. (2005). Do pai colaborador ao pai parceiro. In S. Stoer & P. Silva, *Escola-Família. Uma relação em processo de reconfiguração* (pp. 13-28). Porto: Porto Editora.
- Stoer, S., & Silva, P. (2005). *Escola-família. Uma relação em processo de reconfiguração*. Porto: Porto Editora.
- Waller, W. (1932). *The sociology of teaching*. John Wiley & Sons.
- Weick, K. (1988). Educational organizations as loosely coupled systems. In A. Westoby (Ed.), *Culture and power in educational organizations* (pp. 57-73). Milton Keynes: Open University Press.